LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

PREÂMBULO

Os Vereadores da Câmara Municipal de Monte Alegre dos Campos, reunidos em Plenário, no uso das prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, afirmando a autonomia política e administrativa de que é investido o Município como integrante da Federação Brasileira, invocando a proteção de Deus, promulgam a seguinte LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Monte Alegre dos Campos, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se autônomo em tudo que respeite a seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e demais Leis que adotar,

respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§1º-É vedada a delegação de atribuições entre os poderes.

§2º-O cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

Art. 3º - É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Legislação Estadual.

Art. 4º - São símbolos do Município, o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 5º - A autonomia do Município se expressa :

I-pela eleição direta dos Vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal;

II-pela eleição direta do Prefeito e Vice - Prefeito que compõem o Poder Executivo Municipal;

III-pela administração própria, no que respeite a seu peculiar interesse.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art.6º- Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

I-organizar-se de forma, política, financeira e administrativamente, observadas as legislações Federal e Estadual;

II-decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III-administrar os seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação;

VI-desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em Lei;

V-conceder e permitir os serviços públicos municipais e os que lhe sejam concernentes;

VI-organizar os quadros e estabelecer o Regime Jurídico de seus Servidores;

VII-elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo

normas de edificações, de loteamentos, de zoneamento, bem como diretrizes;

VIII-estabelecer normas de prevenção e controle de ruído, da poluição do meio ambiente, de espaço aéreo e das águas;

IX-conceder e permitir os serviços de transporte coletivo, táxis e outros, fixando suas tarifas, itinerários, pontos de conhecimento e paradas;

X-regulamentar a utilização dos logradouros públicos e sinalizar as faixas de rolamento e zonas de silêncio;

XI-disciplinar os serviços de carga e descarga e a fixação de tonelage máxima permitida;

XII-estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

XIII-regulamentar e fiscalizar a instalação e funcionamento dos elevadores;

XIV-disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a remoção do lixo domiciliar e dispor sobre a prevenção de incêndio;

XV-licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros; cassar os alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao bem-estar público e aos bons costumes;

XVI-fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros;

XVII-legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares;

XVIII-interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameçam a segurança coletiva;

XIX-regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

XX-regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XXI-legislar sobre apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis de mais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;

XXII-legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;

XXIII-criar e organizar a Guarda Municipal;

XXIV-criar e manter um albergue;

XXV-criar e manter uma patrulha agrícola mecanizada;

XXVI-auxiliar a manutenção de Corpo de Bombeiros;

XXVII-legislar sobre a circulação, depósito e apreensão de material tóxico, radioativo ou poluente, bem como dispor sobre a penalidade por infração à Lei;

XXVIII-sinalizar as estradas do interior e fixar a denominação das ruas da cidade;

Art. 7º-O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e Municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para a execução de suas leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos análogos dessas esferas.

§1º-Os convênios podem visar à realização de obras ou à exploração de serviços públicos de interesse comum.

§2º-Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros Municípios da mesma comunidade sócio - econômico, criar entidades intermunicipais para a realização de

obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos serem aprovados por leis dos Municípios que deles participem.

§3º-É permitido delegar, entre o Estado e o Município, também por convênios, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários.

Art. 8º - Compete, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou o Estado, ou supletivamente a eles:

I-zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência pública;

II-promover o ensino, a educação e a cultura;

III-estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como as defesas contra as formas de exaustão do solo;

IV-abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;

V-promover a defesa sanitária vegetal e animal controlando e combatendo as zoonoses e seus vetores;

VI-protoger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as

paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

VII-impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

VIII-amparar a maternidade, a infância e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços no âmbito do Município;

IX-estimular a educação e a prática desportiva;

X-protoger a juventude contra toda a exploração, bem como contra os fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual e desenvolver política e programas de assistência ao menor;

XI-tomar as medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantil, bem como medidas que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XII-incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem o desenvolvimento econômico;

XIII-fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte dos gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento público;

XIV-suprir as necessidades básicas das entidades assistenciais particulares que atendam crianças, adolescentes e idosos;

XV-regulamentar e exercer outras atribuições não vedadas pela Constituição Federal e Estadual;

XVI-o Poder Público Municipal incentivará o desenvolvimento e viabilização das Micro Empresas em seu Município;

XVII-o Município pode promover consulta plebiscitatoria quando de obra ou atividade pública, estadual ou federal, afetar o ambiente no território Municipal.

Art. 9º - São atributos da competência Municipal:

I-Imposto sobre:

a)propriedade predial e territorial urbana;

b)transmissão "inter. vivos ",a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c)venda a varejo de combustíveis líquidos e gasoso, exceto óleo diesel;

d)serviços de qualquer natureza, exceto os da competência estadual definidos em lei complementar federal.

II-Taxas;

III-Contribuições de melhoria.

Parágrafo Único - Na cobrança dos impostos mencionados no item I, aplicam-se as regras constantes do art. 156, parágrafos segundo e terceiro, da Constituição Federal.

Art. 10 - Pertence, ainda, ao Município, a participação no produto da arrecadação dos impostos da União e do Estado, prevista na Constituição Federal, e outros recursos que lhe sejam conferidos.

Art. 11 - Ao Município é vedado:

I-permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto - falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade para propaganda político-partidária ou fins estranhos à Administração;

II-estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus

representantes, relações de dependência ou aliança;

III-contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal;

IV-instituir ou aumentar tributos sem que a Lei o estabeleça.

CAPÍTULO III DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo Único - Em defesa do bem comum, a Câmara se pronunciará sobre e qualquer assunto de interesse público.

Art. 13 - A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se, independentemente de convocações, no dia 1º de março de cada ano, para abertura da sessão legislativa, funcionando ordinariamente até 31 de dezembro.

Art. 14 - No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o do mandato dos Vereadores, a Câmara

reúne-se no dia 1º de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito, Vice - Prefeito, bem como eleger sua Mesa, a Comissão Representativa e as Comissões Permanentes, entrando, após em recesso.

§1º-O mandato da Mesa é de 01 (um) ano, sendo permitida uma reeleição.

§2º-O mandato da Comissão Representativa e das Comissões Permanentes é de um ano, sendo permitida a reeleição de seus membros.

§3º-A eleição e posse dos membros da Mesa e das Comissões realizar-se-ão em reunião extraordinária, do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao término dos mandatos dos respectivos membros.

§4º-Qualquer dos membros da Mesa ou das Comissões poderá ser destituído pela maioria de dois terços dos Vereadores.

§5º-No caso de vacância, por qualquer natureza, dos membros da Mesa Diretora ou das Comissões, o cargo vago será preenchido dentro de 10 (dez) dias mediante eleição.

§6º-Os cargos da Mesa e das Comissões, bem como as atribuições de

cada membro serão definidos no Regimento Interno da Câmara.

§7º-O Prefeito, o Vice Prefeito e os Vereadores, até 24 horas antes da posse, deverão fazer declaração pública de bens, que serão transcritas na ata e arquivadas nos anais da Câmara.

Art.15-As reuniões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes.

§1º-A convocação extraordinária da Câmara caberá :

I-ao seu Presidente;

II-ao seu Prefeito;

III-à Comissão Representativa;

IV-a requerimento de um terço de seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§2º-Nas reuniões legislativas extraordinárias, a Câmara somente pode deliberar sobre a matéria da convocação.

§3º-Para as reuniões extraordinárias a convocação dos Vereadores será pessoal.

§4º-As reuniões Ordinárias e Solenes poderão ser realizadas, fora da sede da Câmara, desde que obedecida a forma regimental e concordância de 2/3

de seus membros, sendo que as reuniões extraordinárias obrigatoriamente serão realizadas na sede.

Art.16-Na composição da Mesa e das Comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

Art.17-A Câmara Municipal funciona com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

§1º-Quando se tratar de votação do Plano Diretor, do orçamento, de empréstimo, auxílio à empresa, concessão de privilégios e matéria que verse interesse particular, além de outros referidos por esta lei e pelo Regimento Interno, o número mínimo prescrito é de dois terços de seus membros e as deliberações são tomadas pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§2º-O Presidente da Câmara vota sempre quando houver empate, quando a matéria exigir presença de dois terços e nas votações secretas.

Art. 18-As sessões da Câmara serão públicas e o voto é aberto.

Parágrafo Único - O voto é secreto somente nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 19 - A prestação de contas do Município, referente à sua gestão financeira, deverá ser apresentada até 31 de março do ano seguinte.

Parágrafo Único - As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte, a partir da data da remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 - Anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes ao início da sessão legislativa, a Câmara receberá, em sessão especial, o Prefeito, que informará, através de relatórios, o estado em que se encontram os assuntos municipais e do ano anterior.

Parágrafo Único - Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara

o receberá em sessão previamente designada.

Art. 21 - A Câmara Municipal ou suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar Secretários Municipais, titulares de autarquias ou de instituições de que participe o Município, para comparecerem perante elas a fim de prestar informações sobre o assunto previamente designado e constante da convocação.

§1º- Três (03) dias úteis antes do comparecimento deverá ser enviada à Câmara exposição em torno das informações solicitadas.

§2º-Independentemente de convocação, quando o Secretário ou Diretor desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas a qualquer Comissão, esta designará dia e hora para ouvi-lo.

Art. 22 - A Câmara poderá criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado, nos termos do Regimento Interno, a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

SEÇÃO II
DOS VEREADORES

Art. 23 - Os Vereadores, eleitos na forma da Lei, gozam de garantias que a mesma lhe assegura, pelas suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

Art. 24 - Os Vereadores residentes no interior farão jus ao ressarcimento das despesas de transporte e alimentação que fizerem para participar das reuniões da Câmara.

Art. 25 - É vedado ao Vereador:

I-Desde a expedição do diploma:

a)-celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b)-aceitar ou exercer cargo em comissão do Município ou de entidade autárquica, sociedade de economia mista, empresa jurídica ou concessionária.

II-Desde a posse:

a)ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública municipal;

Art. 26 - Sujeita-se à perda do mandato do Vereador que:

I-infringir qualquer das disposições estabelecidas no artigo anterior;

II-utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;

III-proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

IV-fixar domicílio eleitoral fora do Município;

V-que deixar de comparecer em cada sessão legislativa, um terço (1/3) das sessões ordinária, salvo licença ou missão por esta autorizada.

Parágrafo Único - É objeto de disposições regimentais o rito a ser seguido nos casos deste artigo, respeitada a legislação estadual e federal.

Art. 27 - O vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretoria equivalente, não perde o mandato, desde que se afaste do exercício da vereança.

Art. 28 - Nos casos do artigo anterior e nos de licença, legítimo impedimento e

vaga por morte ou renúncia, o Vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da Lei.

Art. 29 - Somente em caso de licença por tempo igual ou superior a 15 (quinze) dias será convocado o suplente.

Art. 30 - O servidor público eleito Vereador deve optar entre a remuneração do respectivo cargo e a da vereança, se não houver compatibilidade de horários.

Parágrafo Único - Havendo compatibilidade de horários, perceberá a remuneração do cargo e à inerente ao mandato à vereança.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art.31-Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I-legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado e por esta Lei Orgânica;

II-votar;

a) o Plano Plurianual;

b) as diretrizes orçamentárias;

c) os orçamentos anuais;

d) as metas prioritárias;

e) o plano de auxílio e subvenções.

III-Decretar Leis;

IV-legislar sobre tributos de competência municipal;

V-legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções do Município, bem como fixar e alterar vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

VI-votar leis que disponham sobre a alienação e aquisição de bens imóveis;

VII-legislar sobre a concessão de serviços públicos do Município;

VIII-legislar sobre a concessão e permissão de bens próprios municipais;

IX-dispor sobre a divisão territorial do Município, respeitada a legislação federal ou estadual;

X-criar, alterar, reformar ou extinguir órgãos públicos do Município;

XI-deliberar sobre empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de seu pagamento;

XII-cancelar, nos termos da Lei, a dívida ativa do Município, autorizar a suspensão de sua cobrança e a elevação de ônus e juros;

XIII-autorizar a alienação de lotes do Município ocupados há mais de dez anos, com área de até 360 metros

quadrados, que seja a única propriedade familiar, e tenha o possuidor edificado casa de moradia para a família.

Parágrafo Único - No ato de escritura o beneficiado gravará o imóvel com cláusula de BEM DE FAMÍLIA, sem a qual o Município não fará a concessão.

XV-Aprovar a concessão de serviços de táxi, táxi- lotação, transporte coletivo urbano e transporte coletivo interdistrital, bem como seus pontos de partidas e itinerários.

Art. 32 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I-eleger a Mesa, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização e política administrativa;

II-propor a criação e extinção dos cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens; III-emendar a Lei Orgânica ou reformá-la;

IV-representar, pela maioria de seus membros, para efeito de intervenção no Município;

V-autorizar convênios e contratos de interesse municipal;

VI-exercer a fiscalização da administração financeira e Orçamentaria do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e julgar as contas do Prefeito;

VII-sustar atos do Poder Executivo que exorbitem da sua competência, ou se mostrem contrários ao interesse público;

VIII-fixar a remuneração de seus membros, do Prefeito e o Vice Prefeito, antes do pleito e para vigorar na legislatura seguinte;

IX-autorizar o Prefeito e afastar-se do Município por mais de 10 (dez) dias ou do Estado por mais de cinco dias;

X-convocar qualquer Secretário, titular de autarquia ou de instituição de que participe o Município, para prestar informações;

XI-mudar, temporária ou definitivamente, a sua sede;

XII-solicitar informações por escrito ao Executivo;

XIII-dar posse ao Prefeito, bem como declarar extinto o seu mandato nos casos previstos em Lei;

XIV-conceder licença ao Prefeito;

XV-suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer ato, Resolução ou Regulamento Municipal, que haja sido, pelo Poder Judiciário declarado

infringente à Constituição, à Lei Orgânica ou às Leis;

XVI-criar Comissão Parlamentar de Inquérito;

XVII-propor ao Prefeito a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;

XVIII-fixar o número de Vereadores para a legislatura seguinte, até 120 (cento e vinte) dias da respectiva eleição;

XIX-autorizar a alienação, aquisição e permuta de bens imóveis com voto favorável de, no mínimo, dois terços da Câmara, em votação secreta, com prévia avaliação e interesse público justificado;

XX-autorizar a celebração de contrato de locação de imóveis;

XXI-examinar, mensalmente, pelos membros da Comissão de Finanças, os documentos de despesas do Município;

XXIII-Comissão de Vereadores indicados pelo Plenário exercerão observação e fiscalização em todos os concursos públicos do Município;

XXIV-no caso de não ser fixado o número de Vereadores no prazo do inciso XVIII, será mantida a composição da legislatura em curso;

XXVI-elaborar e aprovar a sua proposta Orçamentaria dentro dos limites

da Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhá-la ao Poder Executivo;

XXVII-autorizar cedência de servidores;

XXVIII-apreciar e julgar a Prestação de Contas do Prefeito.

§1º-No julgamento das contas do Prefeito, decisão que contrariar o parecer do Tribunal de Contas do Estado depende da maioria de dois terços dos membros da Câmara.

§2º-A apreciação e julgamento das contas do Prefeito deverão ser promovidas dentro de quarenta e cinco dias, contados da data do recebimento do parecer do Tribunal de Contas.

§3º-Se o parecer do Tribunal de Contas for contrário à aprovação das contas do Prefeito e estas não forem aprovadas pela maioria de dois terços dos Vereadores, a Mesa da Câmara as encaminhará ao órgão competente para a apuração de eventuais responsabilidades.

SEÇÃO IV DA COMISSÃO REPRESENTATIVA

Art. 33 - A Comissão Representativa funciona no recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

I-zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II-zelar pela observância da Lei Orgânica;

III-autorizar o Prefeito a se ausentar do Município e do Estado;

IV-convocar extraordinariamente a Câmara;

V-tomar medidas urgentes de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - As normas relativas ao desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

Art. 34 - A Comissão Representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, é composta pela Mesa e pelos demais membros eleitos com os respectivos suplentes.

§1º-A Presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da Câmara, cuja a substituição, se faz na forma regimental.

§2º-O número de membros eleitos na Comissão Representativa deve perfazer, no mínimo, a maioria absoluta da Câmara, observada, quando possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Art. 35 - A Comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados quando no reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO V

DAS LEIS DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 36 - O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

I-emendas à Lei Orgânica;

II-Leis Ordinárias;

III-Decretos Legislativos;

IV-Resoluções.

Art. 37 - São ainda, entre outras, objeto de deliberações da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno:

I-autorizações;

II-indicações;

III-requerimentos.

Art.38 - A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I-de Vereadores;

II-do Prefeito;

III-dos eleitores do Município.

§1º-No caso do item I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara Municipal.

§2º-No caso do item III, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Município.

Art. 39 - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em duas sessões, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação ou recebimento, e ter-se-á por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 40 - A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

Art. 41 - A iniciativa das Leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito, ou ao eleitorado,

que a exercerá em forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado do Município.

Art. 42 - No início ou em qualquer fase da tramitação de Projeto de Lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara Municipal que aprecie no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do pedido.

§1º-Se a Câmara Municipal não se manifestar, sobre o Projeto, no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, será este incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos, para que se ultime a votação.

§2º-Os prazos deste artigo e seus parágrafos não correrão nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 43 - A requerimento de Vereador, os Projetos de Lei, decorridos trinta dias de seu recebimento, serão incluídos na Ordem do Dia, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único - O Projeto poderá ser retirado da Ordem do Dia a requerimento do autor se não houver

parecer, e se houver com aprovação do Plenário.

Art. 44 - A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado ou não sancionado, assim como a de proposta de emenda à lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo Projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 45 - Os Projetos de Leis aprovados pela Câmara Municipal, serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, os sancionará.

§1º-Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daqueles em que o recebeu, comunicando os motivos de veto ao Presidente da Câmara, dentro de quarenta e oito horas.

§2º-Vetado o Projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, à discussão única, considerando-se

aprovado se, em votação secreta, obtiver o voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação.

§3º-O veto parcial somente abrangerá texto integral, parágrafo, inciso ou alínea.

§4º-O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgá-lo.

§5º-Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 2º, o veto será apreciado na forma do parágrafo 1º do art. 42.

§6º-Não sendo a Lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo.

Art. 46 - Nos casos do art. 35, incisos III e IV, considerar-se-á, com a votação da redação final, encerrada a elaboração do Decreto ou Resolução, cabendo ao Presidente da Câmara a sua promulgação.

Parágrafo Único - Todas as Leis, Decretos, Resoluções, Licitações, Concorrências, Relatórios Bimensal de Execução Orçamentaria deverão ser publicados em jornal local, se houver.

Art. 47 - O Código de Obras, o Código de Posturas, o Código Tributário, a Lei do Plano Diretor, a Lei do Meio Ambiente e Regimento dos Servidores Municipais, Planos de Carreira, bem como suas alterações, somente serão aprovadas pelo voto da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.

§1º-Dos projetos previstos no "Caput" deste artigo, bem como das respectivas exposições de motivos, antes de submetidos à discussão da Câmara, será dada divulgação com a maior amplitude possível.

§2º-Dentro de quinze dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer entidade da Sociedade Civil Organizada, poderá apresentar emendas ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Art. 48 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários do Município. O Prefeito regularmente licenciado, terá direito a perceber o subsídio e a verba de representação;

I-impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovado;

II-a serviço ou representação do município;

III-em gozo de férias.

Art. 49 - O Prefeito gozará férias anuais de 30 dias, sem prejuízo do subsídio e da representação.

Art. 50 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para o mandato de 4 (quatro) anos, devendo a eleição realizar-se até 90 (noventa) dias antes do término do mandato daqueles a quem deva suceder.

Parágrafo Único - Quando o Município atingir 200.000 (duzentos mil) eleitores, e nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação,

será observado o disposto no art. 77 da Constituição Federal.

Art. 51 - Só se procederá mediante audiência pública:

I-projetos de licenciamento que envolvam impacto ambiental;

II-atos que envolvam conservação ou modificação do patrimônio histórico, artístico ou cultural do Município;

III-realização de obras que comprometam mais de quinze por cento do orçamento Municipal.

Parágrafo Único - Audiência prevista neste artigo deverá ser divulgada pelo menos num órgão da imprensa local com no mínimo quinze dias de antecedência.

Art. 52 - O Prefeito e o Vice Prefeito tomarão posse na Sessão Solene de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores, e prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a constituição, observar as leis e administrar o Município, visando ao bem geral dos munícipes.

Parágrafo Único - Se o Prefeito e o Vice Prefeito não tomarem posse decorridos 10 (dez) dias da data fixada,

salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago.

Art. 53 - O Vice Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos e ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento do Prefeito ou do Vice Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Executivo Municipal o Presidente, o Vice Presidente e o 1º Secretário da Câmara Municipal.

Art. 54 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

Parágrafo Único - Ocorrendo a vacância após cumpridos três quartos do mandato do Prefeito, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 55 - Compete privativamente ao Prefeito:

I-representar o Município em juízo e fora dele;

II-nomear e exonerar os Secretários Municipais, os Diretores de Autarquias e Departamentos, além de titulares de instituições de que participe o Município, na forma da Lei;

III-iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei;

IV-sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir Decretos e Regulamentos para a sua fiel execução;

V-vetar Projetos de Lei, total ou parcialmente;

VI-dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

VII-declarar a utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa;

VIII-expedir atos próprios de sua atividade administrativa;

IX-contratar a prestação de serviços e obras, observando o processo licitatório;

X-planejar e promover a execução dos serviços públicos Municipais;

XI-prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XII-enviar ao Poder Legislativo o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei;

XIII-prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura do ano legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e remetê-las, em igual prazo, ao Tribunal de Contas do Estado;

XIV-prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara, ou sujeita à fiscalização do Poder Legislativo;

XV-colocar à disposição da Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, as verbas necessárias às atividades legislativas, compreendendo a remuneração dos Vereadores e demais encargos do Poder Legislativo, mediante prévia requisição da Mesa;

XVI-resolver sobre os requerimentos, reclamações ou

representações que lhe forem dirigidos em matéria da competência do Executivo Municipal;

XVIII-oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;

XIX-aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XX-solicitar o auxílio da polícia do Estado, para a garantia do cumprimento de seus atos;

XXI-resolver atos administrativos por razões de interesse público e anulá-los por vício de legalidade, observado o devido processo legal;

XXII-administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;

XXIII-providenciar sobre o ensino público;

XXIV-propor ao Poder Legislativo o arrendamento, o comodato, o aforamento, ou a alienação de prédios municipais, bem como a aquisição de outros;

XXV-propor a divisão administrativa do Município de acordo com a Lei;

XXVI-publicar, pelo menos uma vez, um jornal local, todos os editais de licitações, concorrências, decretos e leis de iniciativa do Poder Executivo;

XXVII-fixar, com assessoramento dos órgãos especializados, as tarifas e respectivos reajustes dos serviços de táxi, táxi - lotação, transporte coletivo urbano e transporte coletivo interdistrital.

Art. 56 - O Vice Prefeito, além de outras atribuições que lhe são próprias, poderá exercer outras estabelecidas em Lei.

SEÇÃO IV

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 57 - Importam responsabilidade os atos do Prefeito ou do Vice-Prefeito que atentem contra a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica e especialmente:

I-o livre exercício dos poderes constituídos;

II-o exercício dos direitos individuais, políticos e sociais;

III-a probidade na administração;

IV-a Lei Orçamentária;

V-o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único - O processo e julgamento do Prefeito e do Vice

Prefeito, obedecerão no que couber, ao disposto no art. 86 da Constituição Federal.

SEÇÃO V DOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO

Art. 58 - Os Secretários do Município, de livre nomeação e demissão pelo Prefeito, são escolhidos dentre brasileiros, maiores de 18 anos, no gozo dos direitos políticos e estão sujeitos, desde a posse às mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores no que couber.

Art. 59 - Além das atribuições fixadas em Lei Ordinária, compete aos Secretários do Município:

I-orientar, coordenar e executar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II-referendar os atos e decretos do Prefeito e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas Secretarias;

III-apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias;

IV-comparecer à Câmara Municipal nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

V-comparecer aos atos pertinentes às atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

Parágrafo Único - Os Decretos, Atos e Regulamentos aos serviços autônomos serão subscritos pelo Prefeito ou Secretário por ele designado.

Art. 60 - Aplica-se aos titulares de autarquias e de instituições de que participe o Município, o disposto nesta seção, no que couber.

CAPÍTULO V DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 61 - São servidores do Município todos quantos percebem remuneração pelos cofres municipais.

Art. 62 - O Quadro de Servidores pode ser constituído de classes, carreiras funcionais ou de cargos isolados, classificados dentro de um sistema ou, ainda, dessas formas conjugadas, de acordo com a Lei.

Parágrafo Único - O sistema de promoções obedecerá, alternadamente, ao

critério de antigüidade e merecimento, este avaliado objetivamente.

Art. 63 - Os cargos, empregos e funções públicas municipais são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei.

Parágrafo Único - A investidura em cargo ou emprego público, bem como nas instituições de que participe o Município, depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 64 - São estáveis, após dois anos de exercícios, os servidores nomeados por concurso.

Art. 65 - Os servidores estáveis perderão o cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo, em que lhes sejam assegurada a ampla defesa.

Parágrafo Único - Invalidada, por sentença, a decisão, o servidor será reintegrado e quem lhe ocupava o lugar exonerado ou, se detinha cargo, a este reconduzido sem direito à indenização.

Art. 66 - Ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor estável cujo o cargo for declarado extinto ou desnecessário pelo órgão a que servir, podendo ser aproveitado em cargo compatível, a critério da administração.

Art. 67 - O tempo de serviço público federal ou de outros municípios é computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Parágrafo Único - É assegurada para a aposentadoria e contagem recíproca do tempo de contribuição previdenciária, mediante certidão expedida pela previdência social nacional.

Art. 68 - Ao servidor em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I-tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II-investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo -lhe facultado optar pela sua remuneração;

III-investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV-em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V-para efeito de benefícios previdenciários, no caso de afastamentos, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 69 - Lei Municipal definirá os direitos dos servidores do Município e acréscimos pecuniários por tempo de serviço, assegurada a licença - prêmio por decênio.

Art. 70 - É vedada:

I-remuneração dos cargos, de atribuições iguais ou assemelhadas, do Poder Legislativo, superior aos cargos do Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho;

II-a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do Município;

III-a participação de servidores no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa;

IV-a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a)a de dois cargos de professor;

b)a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c)a de dois cargos privativos de médico;

V-cedência, remunerada sem prévia aprovação legislativa.

Parágrafo Único - A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias e outras instituições de que faça parte o Município.

Art. 71 - O Município instituirá regime jurídico Único e planos de carreira para os servidores da administração pública diretas, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 72 - O servidor será aposentado nas formas definidas na Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os Servidores Municipais continuarão vinculados ao Instituto de Previdência Social, se o Município não optar pelo Instituto da Previdência do Estado ou pelo regime de previdência própria.

Art. 73 - O Município responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatório o uso de ação regressiva contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, na forma da Constituição Federal.

Art. 74 - É vedada, a quantos prestem serviços ao Município, atividade político-partidária nas horas e locais de trabalho.

Art. 75 - É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical e irredutibilidade de salários.

Parágrafo Único - Os direitos e deveres dos Servidores Municipais não contemplados nesta Lei Orgânica serão estabelecidos por Lei Ordinária.

CAPÍTULO VI DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 76 - Os Conselhos Municipais são órgãos de cooperação governamental que têm por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência.

Parágrafo Único - Serão criados tantos Conselhos Municipais quantos necessários, porém, obrigatoriamente em caráter permanentes, os da saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico e social, do consumidor, da agricultura e do meio ambiente.

Art. 77 - A Lei especificará as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação do titular e suplente e prazo de duração do mandato, bem como se o cargo será ou não remunerado.

Art. 78 - Os Conselhos Municipais são compostos por um número par de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, classistas, da sociedade civil, organizada, de servidores e das entidades prestadoras

de serviços que atuam nas áreas específicas de cada conselho.

CAPÍTULO VII DOS ORÇAMENTOS

Art. 79 - Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

- I-Plano Plurianual;
- II-as Diretrizes Orçamentárias;
- III-os Orçamentos Anuais.

§1º-A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§2º-A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, inclusive as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentaria Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§3º-O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento

de cada bimestre, relatório de execução Orçamentaria.

§4º-Os planos e programas serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo Municipal.

§5º-A Lei Orçamentaria anual compreenderá:

I-o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II-o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III-o orçamento da seguridade social.

§6º-O Projeto de Lei Orçamentaria será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira ou tributária.

§7º-A Lei Orçamentaria anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não

se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, inclusive por antecipação de receita, nos termos da Lei.

§8º-A abertura de créditos suplementares prevista no parágrafo anterior, não poderá exceder a 10%(dez por cento) da receita orçada.

§9º-Durante o período de pauta regimental, poderão ser apresentadas emendas populares aos Projetos de Lei do Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, desde que firmadas por no mínimo dois por cento dos eleitores do Município ou encaminhadas por quatro entidades representativas da sociedade.

Art. 80 - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 81 - São vedados:

I-o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;

II-a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III-a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV-a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V-a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI-a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII-a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII-a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do Município para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas ou qualquer entidade de que o Município participe;

IX-a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§1º-Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§2º-Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos (04) quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 82 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 83 - A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I-se houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II-se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Art. 84 - As despesas com publicidade dos poderes do Município deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

Art. 85 - Os Projetos de Lei sobre o Plano Plurianual, Diretrizes

Orçamentárias e orçamentos anuais serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo nos seguintes prazos:

I- O Projeto de Lei do Plano Plurianual, até o dia 30 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

II- O Projeto das Diretrizes Orçamentárias - LDO, anualmente, até o dia 30 de setembro; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

III- O Projeto de Lei Orçamentária anuais, até o dia 31 de outubro. (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

Art. 86 - Os Projetos de Lei de que trata o artigo anterior, após apreciação pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos:

I- O Projeto de Lei do Plurianual - PPA, até o dia 30 de agosto do primeiro

ano de mandato do Prefeito; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

II - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, anualmente até o dia 30 de outubro; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

III - O Projeto de Lei dos orçamentos anuais, até o dia 15 de dezembro de cada ano. (Inciso acrescido pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

Parágrafo Único - Vencidos qualquer dos prazos estabelecidos neste artigo sem que se tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação, objeto da discussão. (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 267 de 22 de agosto de 2002).

Art. 87 - Caso o Prefeito não envie o Projeto do Orçamento Anual no prazo

legal, o Poder Legislativo adotará como projeto de Lei Orçamentária em vigor, com a correção das respectivas rubricas pelos índices oficiais de inflação verificada nos doze meses imediatamente anteriores a 30 de setembro.

TÍTULO II DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88 - Na organização de sua economia, em cumprimento do que estabelece a Constituição Federal e a Constituição Estadual, o Município zelará pelos seguintes princípios:

I-promoção do bem-estar do homem com o fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;

II-valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, com vigilância e fiscalização dos meios de transporte coletivo dos empregados;

III-democratização do acesso à propriedade e aos meios de produção;

IV-planificação do desenvolvimento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

V-integração e descentralização das ações públicas setoriais;

VI-proteção da natureza e ordenação territorial;

VII-condenação dos atos de exploração do homem, pelo homem e de exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social, auferido com base neles;

VIII-integração das ações do Município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e à assistência social;

IX-estímulo à participação da comunidade através de organizações representativas dela;

X-preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos e incentivos fiscais;

XI-todas as empresas que retém empregados ao meio dia ou hora de lanche, devem oferecer equipamento necessário para aquecimento dos alimentos;

XII-os interesses da iniciativa privada não podem se sobrepor aos do poder público e da coletividade;

XIII-obrigar as empresas beneficiadas com incentivos fiscais oferecer aos empregados e diaristas transportes seguro que o Município fiscalizará;

XIV-serão responsabilizados,na forma da Lei,os agentes públicos que discriminarem a mulher na admissão do serviço público, nas formas de acesso aos cargos e funções e no usufruto dos direitos e vantagens sociais previstos na Constituição Federal;

XV-todas as empresas estabelecidas no município,com mais de trinta empregados,deverão oferecer aos seus trabalhadores a primeira refeição do dia;

XVI-as empresas com mais de cinquenta funcionários deverão instalar creches de acordo com a Lei Federal.

CAPÍTULO II DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 89 - A intervenção do Município no domínio econômico dar-se-á por meios previstos em Lei,para orientar e estimular a produção,corrigir distorções da atividade econômica e prevenir abusos do poder econômico.

§1º-No caso de ameaça ou efetiva paralisação de serviços ou atividade essencial por decisão patronal,pode o Município intervir,tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade,respeitada a legislação federal e estadual e os direitos dos trabalhadores.

§2º-A intervenção de que trata o parágrafo anterior deverá ser comunicada e aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 90 - Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 91 - Lei Municipal definirá normas de incentivo às formas associativas e cooperativas, às pequenas e micro-unidades econômicas e às empresas que estabelecerem participação dos trabalhadores nos lucros e na sua gestão.

Art. 92 - O Município organizará sistemas e programas de prevenção e socorro nos casos de calamidade pública em que a população tenha ameaçados os seus recursos, meios de bastecimento ou de sobrevivência.

Art. 93 - Os planos de desenvolvimento econômico do Município terão o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição eqüitativa da riqueza produzida, o estímulo do homem no campo de desenvolvimento social e econômico sustentável.

Art. 94 - Os investimentos do Município se estenderão, em caráter prioritário, às necessidades básicas da população, e deverão estar compatibilizados com o plano de desenvolvimento econômico.

Art. 95 - O Município revogará as doações ou isenções às instituições particulares ou filantrópicas se o donatário lhes der a destinação diversa da ajustada em contrato, ou prevista em Lei, se esta no prazo de 5 (cinco) anos não tiver dado cumprimento aos fins estabelecidos no ato de doação ou contrariar o interesse público em geral

bem como das obrigações previstas na Constituição Federal.

§1º-Ficam autorizados todos os profissionais da área da saúde devidamente habilitados e que estiverem prestando serviços remunerados pelos cofres municipais, a utilizarem, no exercício de sua profissão, qualquer estabelecimento hospitalar com funcionamento autorizado pelo Município.

§2º-O município estipulará sanções, às entidades sociais, comerciais, industriais e filantrópicas que pratiquem discriminações, por preconceito de cor, religião, sexo e ao exercício de atividade profissional de interesse público social.

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA URBANA
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 96 - Na elaboração do planejamento e na ordenação de usos, atividades e funções de interesse social, ou Município visará a:

I-melhorar a qualidade da vida da população;

II-promover a definição e a realização da função social da propriedade urbana;

III-promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;

IV-prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano;

V-distribuir benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana;

VI-promover a integração, racionalização e otimização da infraestrutura urbana, priorizando os aglomerados de maior densidade populacional e as populações de menor renda;

VII-impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas corretivas;

VIII-preservar os sítios, as edificações e os monumentos de valor histórico, artístico e cultural;

IX-promover o desenvolvimento econômico local;

X-preservar as zonas de proteção do aeródromos;

Art. 97 - O parcelamento do solo para fins urbanos deverá estar inserido em área urbana ou de expansão urbana a ser definida em Lei Municipal.

SEÇÃO II DA HABITAÇÃO

Art. 98 - O Município promoverá programas de interesse social destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando:

I-regularização fundiária;

II-a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III-implantação de empreendimentos habitacionais;

Parágrafo Único - O Município apoiara construção de moradias populares realizadas pelos próprios interessados por regime de mutirão por cooperativas habitacionais e outras formas alternativas.

Art. 99 - O Plano Plurianual do Município e seu orçamento anual complementarão expressamente recursos destinados ao desenvolvimento de uma política habitacional de interesse social, compatível com os programas estaduais dessa área.

Art. 100 - Na aprovação de qualquer projeto para a construção de conjuntos habitacionais, o Município exigirá a edificação, pelos incorporadores, de escola com capacidade para atender à demanda gerada pelo conjunto, e área de lazer.

Art.101 - O Município assegurará a participação das entidades comunitárias e das representativas da sociedade civil organizada, legalmente constituídas, na definição do plano diretor e das diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes. O Município destinará, no mínimo, dois por cento de seu orçamento para construção de moradias populares a quem perceba até cinco salários mínimos nos termos da Lei.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 102 - O Município, no desempenho de sua organização econômica planejará e executará políticas voltadas para agricultura e o abastecimento, especialmente quanto :

I-ao desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade de uso do solo, levada em conta a proteção ao meio ambiente;

II-ao fomento à produção agropecuária e a de alimentos de consumo interno;

III-ao incentivo à agro-indústria;

IV-ao incentivo ao cooperativismo, ao sindicalismo e ao associativismo;

V-à implantação de cinturões verdes;

VI-ao estímulo à criação de centrais de compras para abastecimento de micro empresas, micro produtores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas à diminuição do preço final da mercadoria e produtos na venda ao consumidor;

VII-ao incentivo, à ampliação e à conservação da rede de estradas vicinais, e da rede de eletrificação rural ;

VIII-a abertura e encascalhamento de estradas para o escoamento da produção agrícola, mesmo em propriedades particulares desde que requerida.

Art. 103 - O Município estenderá ao homem do campo todos os programas de

saúde, educação, habitação, transporte, desporto e lazer.

CAPÍTULO V DA FAMÍLIA DO IDOSO E DO DEFICIENTE

Art. 104 - O Município prestará assistência à criança, ao adolescente, ao idosos e ao deficiente, estabelecendo política e programas de proteção que lhes proporcione segurança e condições de bem-estar social, preservando sua dignidade e sobrevivência.

Parágrafo Único - Aos maiores de sessenta e cinco anos e aos deficientes, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

CAPÍTULO VI DA SEGURANÇA SOCIAL

Art. 105 - O Município participará de todas as ações do estado e da sociedade destinados a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e a assistência social, no que disser respeito às suas peculiaridades.

Parágrafo Único - O Município deve estabelecer plano de proteção do

consumidor garantindo-lhe a segurança, saúde e a defesa dos interesses econômicos. A política econômica de consumo será planejada e executada pelo poder público, com a participação de entidades representativas do consumidor e de trabalhadores do setor da produção, industrialização, comercialização, armazenamento, serviços e transportes, atendendo especificamente os seguintes princípios:

I-integrar-se em programas estaduais e federais de defesa do consumidor;

II-estimular e incentivar as cooperativas ou outras formas associativas do consumo;

III-proporcionar meios que possibilitem ao consumidor o exercício do direito a informação, a escolha e a defesa de seus interesses econômicos bem como, a sua segurança e a saúde;

IV-prestar atendimento e orientação ao consumidor através de órgãos de execução especializadas;

V-o Município prestará assistência jurídica gratuita ao consumidor carente através de sua procuradoria ou de convênios aprovados pela Câmara.

Art. 106 - O Município definirá formas de participação na política de combate ao uso de entorpecentes, objetivando a educação preventiva e a assistência e recuperação dos dependentes de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 107 - Lei Municipal estabelecerá normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal adaptará os logradouros e edifícios públicos ao acesso de deficientes físicos, além de construir rampas nos passeios públicos em todos os pontos de travessia no perímetro urbano.

CAPÍTULO VII DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Art. 108 - Cabe ao Município uma política de saúde e de saneamento básico, interligada com os programas da União e do Estado, com o objetivo de preservar a saúde individual e coletiva.

Art. 109 - Para atingir esses objetivos o Município promoverá em conjunto com a União e o Estado :

I-condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II-respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III-acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação;

IV-instalar um serviço de pronto socorro de atendimento 24 horas.

Art. 110 - As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao Poder Público sua normatização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e complementarmente através de serviço de terceiros.

§1º-É vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo poder público ; e quanto aos serviços contratados ou conveniados, a isenção de cobrança ou sua complementação será de acordo com o que for expressamente

ajustado nos referidos contratos ou convênios.

Art. 111 - São competências do Município, exercidas pela Secretaria da Saúde ou equivalente:

I-comando do SUS no âmbito do Município em articulação com a Secretaria da Saúde do Estado;

II-a assistência à saúde;

III-a elaboração e atualização periódica do Plano Municipal de Saúde em termos de prioridades e estratégias municipais, em consonância com o Plano Estadual de Saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e aprovados em Lei;

IV-a elaboração e atualização da proposta Orçamentária do SUS para o Município;

V-a proposição de projetos de leis municipais que contribuam para viabilização e concretização do SUS no município;

VI-a administração do Fundo Municipal de Saúde;

VII-a compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com a realidade municipal;

VIII-o planejamento e execução das ações de controle das condições e dos ambientes de trabalho e dos problemas de saúde com eles relacionados;

IX-a administração e execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional, de abrangência municipal ou intermunicipal;

X-a formulação e implementação de política de recursos humanos na esfera municipal, de acordo com as políticas nacional e estadual de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

XI-a implementação do sistema de informação em saúde, no âmbito municipal;

XII-o acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores de morbimortalidade no âmbito do Município;

XIII-o planejamento e execução das ações de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador no âmbito do Município;

XIV-o planejamento e execução das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico no âmbito do Município;

XV-a normatização e execução, no âmbito do Município, da política nacional de insumos e equipamentos para saúde;

XVI-a execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades nacionais, estaduais e municipais, assim como situações emergenciais;

XVII-a complementação das normas referentes às relações com o setor privado e a celebração de contratos com serviços privados de abrangência municipal;

XVIII-a celebração de consórcios intermunicipais para formação de Sistemas de Saúde quando houver indicação técnica e consenso das partes;

XIX-organização de Distritos Sanitários com alocação de recursos técnicos e prática adequada à realidade epidemiológica local, observados os princípios de regionalização e hierarquização;

XX-elaborar programa de odontologia escolar.

Parágrafo Único - Os limites do Distrito Sanitário referidos no inciso XIX do presente artigo, constarão do Plano Diretor do Município e serão fixados segundo os seguintes critérios:

- a) área geográfica de abrangência;
- b) descrição de clientela;

c) resolutividade dos serviços à disposição da população.

Art. 112 - Serão criados no âmbito do Município, duas instâncias colegiadas a conferência e o Conselho Municipal de Saúde.

§1º-A Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Prefeito Municipal com ampla representação da comunidade, objetiva avaliar a situação do Município e fixar as diretrizes da política municipal da saúde.

§2º-O Conselho Municipal da Saúde com o objetivo de formular e controlar a execução da política municipal da saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Art. 113 - A iniciativa privada, através de pessoas físicas, e instituições poderão participar do Sistema Único de Saúde mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fim lucrativos.

Art. 114 - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou

subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 115 - O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União, da Segurança Social, além de outras fontes.

§1º-O conjunto de recursos destinados às ações e serviços de saúde no Município constituem no Fundo Municipal de Saúde conforme Lei Municipal.

§2º-O montante das despesas de saúde não será inferior a 10% das despesas globais do orçamento anual do município, computadas as transferências constitucionais.

CAPÍTULO VIII DO MEIO AMBIENTE

Art. 116 - O Município, através da lei, compatibilizará suas ações em defesa do meio ambiente àquelas estipuladas na Constituição Estadual e Federal.

I-Cabe ao Município fornecer mudas para reflorestamento das margens de rios, lagos e riachos bem como das faixas de domínio público ao longo das rodovias;

II-e da responsabilidade do Município a preservação da bacia de captação das águas destinadas ao consumo humano.

CAPÍTULO IX DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 117 - O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I-igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II-liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III-pluralismo de idéias e de concepção pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV-gratuidade do ensino público nos estabelecimentos municipais;

V-valorização profissional do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o Magistério Municipal, com piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando o auxílio-transporte na forma de difícil acesso aos professores que atuem em escolas da zona rural, para efeito de gratificação prevista na Constituição do Estado e da União.

VI-garantia de padrão de qualidade.

Art. 118 - O Município atuará prioritariamente na educação pré-escolar e ensino fundamental.

Parágrafo Único - O Município participará junto com o Estado e a União de programas de erradicação do analfabetismo, universalização de ensino fundamental e no atendimento aos portadores de deficiência física, sensorial, mental, surdos e/ou talentosos.

Art. 119 - O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I-o ensino fundamental completo, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria, nas escolas municipais;

II-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental, visual e auditiva e aos superdotados, preferencialmente na rede regular de ensino;

III-atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV-escolas de ensino fundamental completo com atendimento ao pré-escolar;

V-prover meios para que, optativamente, seja oferecido horário aos alunos do ensino fundamental;

VI-o Município complementará o ensino com programas permanentes e gratuitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividades culturais e esportivas;

VII-oferecer ensino noturno regular em escolas de ensino fundamental completo e supletivo, adequado às condições do educando;

VIII-as escolas públicas municipais contarão com conselhos escolares constituídos pelas direções das escolas, representantes dos pais de alunos e

lideranças da comunidade escolar onde a escola estiver inserida na forma da Lei.

Art. 120 - Compete ao Município articulado com o Estado, recensear os educandos para o ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada anualmente.

Parágrafo Único - Transcorridos 10 (dez) dias úteis do pedido de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não garantir, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

Art. 121 - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de associações, grêmios e outras formas.

Parágrafo Único - Será responsabilizada a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 123 - Os estabelecimentos públicos municipais de ensino estarão à

disposição da comunidade através de programações organizadas em comum.

Art. 124 - Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados nas escolas públicas, podendo ser dirigidas a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei que:

I-comproven finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II-assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º-Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa integral de estudos para o ensino fundamental na forma da lei para os que demonstrarem comprovadamente insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente, na expansão de sua rede escolar.

§2º-A fiscalização dos incisos I e II mencionados no "caput" deste artigo, serão feitas pela comunidade das entidades mencionadas, por lei que a disciplinará.

§3º-Criar e manter recursos profissionalizantes, com prioridade para a agricultura.

§4º-O Município destinará recursos ao ensino médio profissionalizante a alunos carentes na forma e condições que a lei estabelecer.

Art. 125 - Anualmente o Município publicará relatório da execução, financeira da despesa em educação, por fonte de recursos, discriminando os gastos mensais.

Art. 126 - O Ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental oferecidas segundo opções confessionais manifestadas por grupos que representem pelo menos um quinto do alunado e ministrado por professores designados pelas respectivas igrejas sem ônus para os cofres públicos e assegurando-se

atividade alternativa para os demais alunos.

Art. 127 - As escolas públicas municipais contarão com conselhos escolares constituídos pelas direções das escolas e representantes dos segmentos escolhidos pela comunidade escolar, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os Diretores das Escolas Públicas Municipais serão escolhidos pela comunidade escolar, na forma da Lei.

Art. 128 - Todo o estabelecimento de ensino na zona urbana terá atendimento completo do ensino fundamental.

Parágrafo Único - As escolas municipais de ensino fundamental incompleto, na zona urbana, serão progressivamente transformadas em escolas fundamentais completas.

Art. 129 - O Município manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública municipal.

Art. 130 - Lei ordinária implantará o plano de carreira do magistério municipal.

SEÇÃO II
DA CULTURA

Art. 131 - O Município estimulará em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como o acesso às fontes, apoiando e incentivando a produção, a valorização e difusão das manifestações culturais.

§1º-O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§2º-O Poder Executivo Municipal gestionará no sentido de instalação de repetidoras de todos os canais de televisão, podendo estabelecer convênios.

§3º-O Município complementará o procedimento administrativo de inventários, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação na forma da lei.

§4º-Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§5º-O Município, com a colaboração da comunidade, formará um arquivo e museu histórico.

SEÇÃO III
DO DESPORTO

Art. 132 - É dever do Município fomentar a amparar o desporto, o lazer e recreação, como direito de todos, observados:

I-a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades meio e fim;

II-a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instalações escolares públicas;

III-a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental;

IV-as associações esportivas da comunidade, consideradas de utilidade pública, de qualquer, modalidade, que envolvam divulgação do nome do Município

deverão receber condições físicas em estádios ou ginásios municipais gratuitamente, e uma participação direta dos custos destes eventos.

SEÇÃO IV DO TURISMO

Art. 133 - Lei Municipal estabelecerá uma política de turismo para o Município, definindo diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, como forma de promover o desenvolvimento social econômico.

Parágrafo Único - O Poder Executivo elaborará inventário e regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesses turísticos, observadas as competências da União e do Estado. Ficam isentas do imposto de serviços de qualquer natureza as empresas da radiodifusão e jornais.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º - O Projeto de Lei do Plano Plurianual previsto no artigo 86, inciso

I, na atual legislatura, deverá ser apresentado até 30 de agosto de 1997.

Art. 2º - Fica assegurada a irredutibilidade da atual representação na Câmara Municipal, composta de 09 (nove) Vereadores.

Art. 3º - O tempo de serviço dos servidores municipais será contado, proporcionalmente, como título, quando se submeterem a concurso, para fins de efetivação na forma da lei.

Art. 4º - O quadro dos inativos do Município, receberá o salário equivalente ou proventos dos servidores em atividade similar com os respectivos reajustes ou alterações decorrentes de reclassificação de cargos ou funções.

Art. 5º - Os vencimentos ou proventos dos pensionistas do Município serão revistos na mesma proporção e na mesma data que ocorrerem modificações nos vencimentos dos servidores ativos do Município. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2017.)

Art. 6º - O Município instituirá, na forma da lei, os seguintes títulos e distinções :

I-cidadão-honorário;
 II-cidadão-emérito;
 III-Prêmios de incentivos à produção agrícola, pastoril, industrial e comercial.

Art. 7º - Em dois anos de promulgação desta lei orgânica deverão estar criados e funcionando, todos os Conselhos Municipais de que trata o artigo 77, parágrafo Único desta Lei.

§1º-Os títulos e distinções de que trata o "caput", serão entregues aos agraciados, em sessão solene, especialmente convocada, nas comemorações da Semana do Município.

§2º-Em casos excepcionais, por deliberação do plenário, poderá ser definida outra data.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal terá o prazo de seis meses, da promulgação desta Lei Orgânica para as providências de que trata os artigos 104 parágrafo único e 107 parágrafo único.

Art. 9º - No prazo máximo de um ano da promulgação desta Lei Orgânica, o Governo do Município mandará imprimir e distribuir gratuitamente exemplares desta Lei às escolas municipais, bem como outras entidades de sociedades civil para facilitar o acesso aos munícipes à Lei Magna Municipal.

Art. 10 - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal e promulgada pelo Senhor Presidente entrará em vigor na data de sua promulgação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre dos Campos, 06 de setembro de 1997.

Ver. Carlos Boeira dos Santos
 Presidente

Ver. João Ilas Boeira Ver.
 Liovir Gonçalves de Jesus
 Vice-Presidente Secretário

Ver. Adão Siqueira da Silva Ver. Adão
 Boeira de Vargas